



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

---

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

MULHERES, TERRITORIALIDADES E CONFLITOS: GÊNERO NA FRONTEIRA  
CERRADO/AMAZÔNIA

**Gleys lally Ramos dos Santos** (UFG) - gleys-geo@hotmail.com

*Geógrafa - Doutoranda em Geografia pela UFG/IESA*

**Alex Ratts** (UFG) - alex.ratts@gmail.com

*Professor do Departamento de Geografia UFG/IESA*

# MULHERES, TERRITORIALIDADES E CONFLITOS: GÊNERO NA FRONTEIRA CERRADO/AMAZÔNIA

---

---

## Resumo

As pesquisas desenvolvidas no âmbito dos movimentos sociais visam bem mais do que entender e/ou analisar o interior desses movimentos. Quase sempre, as análises estão buscando também, entender um Brasil profundo. Nossa pesquisa também tem essa intenção. Temos por objetivo, entender como o Movimento de Mulheres trabalhadoras Rurais do Tocantins se articula e desenvolve suas relações, abrindo as discussões para as condições das mulheres no campo, bem como das condições das mulheres dentro dos próprios movimentos sociais, analisando algumas problematizações: Como as mulheres se constituem e se reconstituem dentro dos conflitos de terras? Elas inventam e reinventam espaços dentro dos conflitos? Ser e estar no movimento, como essas (re) existências se configuram? Pensando o espaço onde estas mulheres se encontram no conflito – Região do Bico do Papagaio, Estado Tocantins, pertencente à Amazônia Legal – cujas características físicas e culturais se encontram e confrontam-se no mesmo no espaço, a existência de múltiplas identidades (dentre elas as femininas) na composição do conflito, requer pensar múltiplas territorialidades de gênero na fronteira Cerrado/Amazônia?

## A introdução...

*“A Amazônia é, sobretudo, diversidade.”*

(Carlos Walter Porto Gonçalves)

No que concerne a Região Norte, não há outra maneira de iniciar uma discussão sem admitir que esta, é ainda, um território desconhecido. Essa afirmação está ligada a todos os agentes e atores dessa região. Seu(s) território(s) é desconhecido pelo Estado, desconhecido pelos pesquisadores, e também, desconhecido por seus habitantes. Muitos atribuem esse desconhecimento a vastidão de sua área, ou ao imenso território que se tornou a Região Norte nos últimos anos – com a inserção do Estado do Tocantins a região, e a definição da Amazônia Legal com (re)inserções de áreas que não pertencem aos domínios da Região Norte.

Em se tratando da Amazônia, é interessante como algumas categorias geográficas dialogam entre si, região e território, lugar e paisagem, território e lugar. No entanto, não pretendemos ainda, trazer a tona essas nuances da vasta perspectiva de uma pesquisa geográfica a partir de suas categorias, mas enfatizar e focar nossas análises sobre a Região Norte e o(s) território(s) da Amazônia, tomando por crivo a (micro)região do Bico do Papagaio localizada no extremo norte do Estado do Tocantins.

Contudo, antes de haver essas transformações na Região Norte, e até mesmo antes da existência do Estado do Tocantins, quando ainda era o antigo Norte Goiano, havia já na Região do Bico do Papagaio além de sua dinâmica própria, um cenário de conflitos advindos de questões fundiárias, levando a questão agrária da região a ter uma conotação ainda mais negativa do que outras no estado brasileiro.

O interessante é que quase todas as análises que chegam sobre a Região do Bico do Papagaio aparecem quase sempre dissociadas da Amazônia, da Amazônia Legal e do Cerrado. É como se essa Região existisse por si só, ou, como se sua existência venha independer das características regionais que a cercam (Amazônia, Cerrado e até a Caatinga). É preciso estar atento para o que isso possa vir a significar. Isso pode significar que a Região do Bico do Papagaio não é problema nem da região amazônica, nem da região de cerrado. Não é um problema da Região Norte, nem do Tocantins, é do Brasil?

Este é um problema que o Estado do Tocantins vem enfrentando nos últimos anos. Como novo estado, que foi utilizado em uma jogada geopolítica, e que enfrenta alguns

problemas de ordem territorial e de territorialidades. Esses problemas atingem o estado como um todo, já que este avança para uma frente agrícola agressiva, mas se esconde e por vezes se embarga no discurso de “Portal da Amazônia”.

A Região do Bico do Papagaio sente intensamente esse abandono geopolítico. Seus conflitos vem se intensificando cada vez mais. Enganam-se, os que pensam que a Guerrilha do Araguaia foi o estopim de uma situação de abandono, ou que a discussão sobre a Amazônia viria ser o auge dos conflitos nessa região.

A morte de Padre Josimo, a agonia das mulheres quebradeiras de coco Babaçu, as famigeradas situações dos ribeirinhos, as transformações no espaço, advindas ou consequências de grandes empreendimentos, a territorialização de grandes empresas, multinacionais, vem evidenciar que o estopim da Região do Bico do Papagaio não está datado, mas espacializado.

São a partir dessas premissas que iniciaremos nossas discussões sobre essa região, levando em conta que esta, está numa “situação” de fronteira. E que essa fronteira não será explorada por nós apenas sob os aspectos físicos, mas e principalmente sociais. Escolhemos os movimentos sociais para evidenciar nossas análises, por entender que estes, estão presentes e acompanham estes processos reivindicando que os olhares se voltem para essa situação de descaso para com a Região do Bico do Papagaio.

E especificamente, escolhemos o movimento de mulheres, por buscar nesse, alguns apontamentos para entender, como numa região de intensos conflitos, cuja questão fundiária é um fator importante para a territorialidade, e a territorialidade encontra-se ameaçada (por uma fronteira cerrado/Amazônia), elas encontram espaço para se organizarem e reivindicarem mais do que a terra, mas uma equidade social sobre ela.

Estes são os apontamentos que estarão presentes no decorrer dessa discussão, salientando que são apontamentos e não premissas sobre a Região do Bico do Papagaio.

## **2. Amazônia, um problema para o Tocantins?**

Sob hipótese alguma. Apesar de todos os conflitos aí inerentes, a Amazônia, ou o conjunto de territórios e territorialidades que fazem parte da Amazônia são problemas ao estado tocantinense. A inserção do Tocantins a Amazônia Legal, foi importante, inclusive para reconhecer que esse estado, ou essa parte do espaço, não pertence a um só domínio, ou um só bioma e ainda a um só contexto social.

Delegar o Estado do Tocantins a região Centro-oeste, ou aos domínios do cerrado seria um forte argumento para haver esse “apagamento”. Também é preciso levar em conta que o Tocantins também foi importante para a Região Amazônica. Esse era um desejo do estado brasileiro desde a política militar que governava o país a partir da década de 60. Sobre isso Oliveira (2007) relaciona alguns pontos importantes:

Não obstante, as mudanças em toda a Amazônia Legal foram justificadas como necessárias para o desenvolvimento rural tal como priorizavam as políticas agrárias do Regime Militar, segundo se pode ler no Estatuto da Terra, criado no pós 1964. Assim, era preciso anexar as terras de toda a área interligando-as à economia do resto do país e, ao mesmo tempo, solucionar os conflitos envolvendo posseiro(a)s, grileiros e fazendeiros, tudo isso sem desestruturar o modelo fundiário existente. Ou seja, estava em curso um projeto que não considerava a realidade sócio-cultural da maioria da população do Bico do Papagaio, um “espaço vazio” a ser explorado por homens e mulheres da cidade (OLIVEIRA, 2007 p. 08).

As observações acima nos leva as análises do professor Milton Santos quando ele afirma que: “território é primeiro um valor”. Os interesses ditam o uso e as especificações do uso no espaço, ou ainda, no território. Nesse sentido as políticas voltadas para a Amazônia, estavam e estão carregadas de interesses alheios aos da região. O discurso também raramente mudou, os interesses como e desde sempre vem justificados por melhorias para uma parcela do território “tão necessitada”, “tão carente”. Nas palavras de Magalhães Pinto, (ministro das Relações Exteriores no Governo Costa e Silva 1967-1969):

A incorporação efetiva da Amazônia ao espaço nacional é o grande desafio desta hora. Com ela lograremos acelerar o processo de desenvolvimento brasileiro e o de toda América do Sul, ao criar condições mais favoráveis à integração Latino-Americana, pela eliminação do vazio econômico de grande parte do centro do continente. São Paulo, que no início de nossa história contribuiu decisivamente para fixar os contornos de nossas fronteiras, está chamado agora a dar – com máquinas de sua indústria, com a experiência de seus técnicos e com as pesquisas de seus cientistas – o grande impulso à Amazônia brasileira é ligá-la definitivamente ao sul e ao leste do país.[...] As diferentes “ilhas” de civilização e progresso que tem caracterizado o nosso desenvolvimento, se reunirão, assim, num todo contínuo, o que permitirá, pela primeira vez, pôr a serviço do homem brasileiro a totalidade do vasto espaço geográfico do país (apud OLIVEIRA, 2007 p. 14).

A Região Norte, ou a Amazônia sempre foi vista como uma extensão homogênea. Ocorre que nos últimos anos, devido aos seus acontecimentos locais, diversos e diversificados a Amazônia tem se mostrado muitas. As “Amazônias” vem também evidenciando que o descaso para com seus territórios, deve-se ao desconhecimento. O descaso deve-se a homogeneização da região em detrimento de seus territórios. E por

consequência disso, espaços como a Região do Bico do Papagaio desaparecem enquanto território e reaparece enquanto problemática.

Nesse sentido, entendemos que a Amazônia não é uma problemática para o Estado do Tocantins, pelo contrário, ela reafirma sua dinâmica, pois dialoga com outras características desse estado, principalmente aquelas advindas do cerrado. Nos parece que o Tocantins é que, ainda não consegue ter essa intersecção entre suas características físicas e sociais, onde sua “condição” de fronteira parece pesar, ou ser um fardo para reconhecer as inúmeras territorialidades que nele se encontram.

### **3. A Região do Bico do Papagaio: A Amazônia dos cerrados**

Na apresentação do seu livro *“Amazônia, Amazônias”*, o professor Carlos Walter Porto Gonçalves fala que ‘há uma nova imagem da Amazônia que fala do conflito e da violência. [...] Que normalmente, descontextualiza a Amazônia dos países dos quais ela é parte’. Indicando que as populações das diferentes amazônias tem suas próprias riquezas, sua própria diversidade, dinâmicas diversas, seja como reserva de natureza ou de cultura e que estes constituem seus territórios e suas territorialidades, dentro de um território maior que é a Amazônia (GONÇALVES, 2008).

Ainda nessa obra Gonçalves (2008) afirma que há diversas amazônias, que “há a Amazônia dos cerrados”. Nossas pesquisas tendem a concordar com Gonçalves, sobretudo quando evidenciamos nela a Região do Bico do Papagaio. Muito embora haja um grande esforço, forjando uma identidade única de Amazônia, é interessante como as (re)existências locais tendem a tornar esse esforço cada vez mais difícil.

Historicamente e “historicizando” a Região do Bico do Papagaio, esta, sempre ofereceu resistências quanto a forçar uma relação de pertencimento. Foi assim com Goiás, e está sendo assim com o Tocantins. Parece estabelecer a mesma relação com o cerrado e com a Amazônia. Tais resistências parecem trazer consigo um conjunto de significados e significações. Para Gonçalves (2006):

A Lógica Territorialista, que organiza o espaço no que se refere a condições gerais, e a Lógica Capitalista se reforçam na construção do mundo-que-aí-está. Para isso dissolve as antigas identidades coletivas, as diferentes culturas, e cria uma outra “história em comum” territorializada como Estado (que se faz) Nacional, negando outras culturas, outras nacionalidades no interior de seus próprios espaços. E esse território, campo de direitos, espaço da cidadania, é o espaço que a partir do século XVIII, torna-se cada vez mais o espaço dos direitos individuais, do direito a propriedade privada, ignorando outras formas de apropriação, outras formas de tornar próprio o espaço, o tempo, a natureza, enfim (GONÇALVES, 2006 p. 386).

A Região do Bico do Papagaio parece viver e evidenciar as premissas de Gonçalves. Seus intensos conflitos estão associados a sua alteridade. Podem estar diretamente ligados aos interesses fundiários de grandes “patrões da terra”, mas recebem dela, em igual, ou proporcional, suas resistências. Portanto, olhar os conflitos, os embates no Bico do Papagaio é ver que essas resistências significam uma força local de não entregar a terra e também não entregar suas territorialidades. É ver o conflito não apenas do ponto de vista da violência física (dos corpos), mas da violência à essência, ao pertencimento.

Essas territorialidades expressam sua diversidade a partir do ribeirinho que torna água além do meio de vida, um modo de viver, tornando os rios cerradeiros (entre eles Tocantins e Araguaia) parte de sua história. São expressas nas quebradeiras de coco Babaçu (tipicamente amazônico) e de coco macaúba (típico do cerrado), dos camponeses vindos do Maranhão, Pará, Piauí entre outros estados e regiões. Também se expressa a partir dos grandes empreendimentos que estão territorializados na região, trazendo consigo novos atores, novas dinâmicas e por consequência abrindo espaço para diferentes tipos de organizações, entre elas os movimentos sociais.

São novas identidades coletivas surgidas do léxico político brasileiro emanando ou de velhas condições sociais, étnicas, como é caso das populações indígenas ou negras, ou remetendo-se a uma determinada relação com a natureza (seringueiro, castanheiro, pescador, mulher quebradeira de coco) ou ainda, expressando uma condição derivada da própria ação dos projetos recém-implantados (“Atingido”, “Assentado”, “Deslocado” ou “Pela Sobrevivência na Transamazônica”) (GONÇALVES, 2008 p. 128).

Com bem afirma Gohn, uma coisa sempre leva a outra. Enquanto ocorriam todas essas dinâmicas na Região do Bico do Papagaio, no decorrer dos anos, os muitos movimentos sociais no campo se institucionalizaram e assumiram nítidos sistemas de controle e hierarquia no seu interior, surgindo a partir dos movimentos políticos como o MST, os Movimentos Autônomos – que ao se organizarem transformam-se em organizações auto-referenciadas e, com isso, houve também o aumento do número de sindicatos no campo – principalmente ligado aos trabalhadores rurais.

Todas essas transformações foram sentidas na Região do Bico do Papagaio.

Para Valenciano (2006) o MST nasce numa década onde paradigmas que dão sustentação ao pensamento moderno são problematizados e novas formas de pensar e de agir são exercitadas na sociedade industrializada e urbanizada. Grupos, partidos e movimentos questionam as identidades homogêneas. O poder unilateral de classe coloca em xeque o poder da estrutura econômica para tratá-lo de forma simultânea com o político, o social, o cultural e o simbólico.

Após sua consolidação no território nacional e depois de 13 (treze) anos de experiência na luta pela realização da reforma agrária no Brasil, o MST chega em 1997 ao Estado do Tocantins, que geograficamente encontrava-se envolto pelas ações desse movimento social já organizado no Pará, Maranhão e Goiás.

Depois de várias reuniões com as organizações sociais que já existiam no estado (CONSAÚDE – ONG que busca sanar os problemas de saúde e saneamento de pessoas carentes, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, etc.), no intuito de criar alianças e assim contribuir na luta dos trabalhadores rurais dentro da conjuntura estadual, chegam ao Estado também outros movimentos sociais como MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), os movimentos por moradias, e através do engajamento da Via Campesina no Estado do Tocantins, começam também as organizações de um movimento de mulheres.

Essa nova organização social no Estado do Tocantins, está principalmente localizada na Região do Bico do Papagaio que conseqüentemente começam a discutir a ocupação do espaço questionando-a: quem ocupa, para que, porque e como ocupa. Enfatizando mais uma vez que o espaço não é homogêneo, que é para todos e que independe qual região pertence, desde que haja pertencimento por aqueles que a almejam.

Nessa organização dos movimentos sociais, a noção de fronteira parece não pesar e as territorialidades parecem um pouco mais respeitadas, já que na composição desses movimentos tem-se as mais variadas origens e também os mais distintos destinos em se tratando de territorialização.

A fronteira cerrado/Amazônia aparece nas discussões desses movimentos, mas a perda desse espaço ainda é a luta mais importante dos movimentos sociais. É preciso, no entanto, esclarecer alguns pontos sobre os movimentos sociais nessa fronteira, como por exemplo, o que para alguns foi a chegada tardia do MST na região, as jogadas políticas regionais, ressaltando o “desenvolvimento” e as organizações sociais que não estabeleciam ainda nenhum vínculo com os movimentos sociais nacionais.

Para Aquino (1996) essa campanha do MST foi justificada pela história das terras tocantinenses. A estrutura fundiária do Estado do Tocantins tornou-se concentrada a partir da implantação da Rodovia Federal BR-153, que liga as capitais Belém (Pará) a Brasília (Capital Federal) e como resultado houve na região um processo de valorização. As terras da região também foram valorizadas, devido a proximidade à rodovia e pelo fácil acesso aos mercados consumidores e cidades. E com isto houve uma expansão agropecuária em torno da Belém-Brasília que corta o estado do Tocantins de norte a sul, sendo esta apta também a prática da agricultura. Neste sentido, a região antes sem nenhuma visão econômica, passa a concentrar no seu entorno perspectivas de desenvolvimento.

Além da concentração fundiária no Estado Tocantins, houve também a grilagem de terras fortemente alavancada nas décadas de 70 e 80, onde as grandes propriedades e os projetos de repercussão nacional e regional atualmente são resultados da prática de grilagem praticada na região e com a ocorrência de graves conflitos agrários, como ocorreram na região do Bico do Papagaio, com maior expressão cita-se a Guerrilha do Araguaia, mas há ainda, outros precedentes da luta pela terra nessa região.

Uma das maiores representações da luta pela terra nessa região sem dúvida foi o representante da Igreja Católica da região, Padre Josimo Tavares, assassinado em 1988 por fazendeiros que se aliaram para reter as reivindicações dos sem-terras, organizadas principalmente por aquela igreja. A partir de sua morte, este se tornou um dos maiores referenciais da luta pela terra no Tocantins e no Brasil, sendo homenageado em vários segmentos da luta pela terra, como pelo MST e pelas quermesses organizadas pelas mulheres da Igreja, hoje organizadas pelo Movimento de Mulheres do Tocantins.

As mulheres pelo fato de passarem mais tempo nos acampamentos tinham também tempo para melhor se organizarem. Assim, dentro das organizações começaram a surgir pressupostos para a formação de um movimento organizado de mulheres que entre as principais pautas queriam viabilizar a posse da terra. Isso pode ter sido facilitado porque ainda nos acampamentos as lideranças eram divididas em células, cuja maioria peculiarmente era composta por mulheres liderando.

Foram a partir dessas constatações que iniciamos nossos olhares para o movimento de mulheres nessa região e sua expressão para esse espaço. Pois esse movimento surge para organizar a luta pela terra a princípio, luta essa que está localizada em uma região de intensos conflitos e violências. Que não possui uma identidade única, o que poderia vir a dificultar uma identificação com o movimento. O movimento surge não para as mulheres, mas só com mulheres. O que não é uma situação anormal para movimentos de mulheres no contexto mais geral. Sobre isso, Gohn afirma que:

A luta das mulheres no movimento feminista é um bom exemplo para elucidar o campo de ação dos movimentos, não subjugado a nenhuma ordem ou escala de "luta" principal ou secundária. O que é interessante para nos alertar sobre a concepção ampliada de movimento social onde nem tudo que muda na sociedade é sinônimo ou resultado da ação de um movimento social. Movimentos sociais são uma das formas possíveis de mudança e transformação social (Gohn, 2003 p.48).

Estabelecem-se aí as relações da Via Campesina, com a dinâmica regional particular do Bico do Papagaio. Já que além da questão da terra e dos conflitos, instiga-se que há outras reivindicações, bem como outras forças atuantes. Entre essas outras forças

atuantes estavam as mulheres, que organizadas, poderiam também reivindicar melhorias sobre seu território, bem como suas territorialidades.

Inicia-se uma abertura para as discussões sobre as condições das mulheres no campo e mais do que isso, questiona-se as condições das mulheres dentro dos próprios movimentos sociais. Pois a ruptura, ou ainda, o não entendimento desses movimentos significavam indícios de que em alguns deles ainda não havia aberturas para se discutir como a mulher está inserida dentro dos movimentos e de como ela seria beneficiada com os mesmos direitos dos homens no movimento. Tal constatação está diretamente ligada a configuração do movimento de mulheres do Tocantins.

#### **4. E a Mulher se fez sujeito...**

É lugar comum, ao falarmos de mulheres na Região do Bico do Papagaio, ser evidenciadas as Mulheres Quebradeiras de Coco. Essa evidência está presente nas literaturas e produções realizadas na região, em sites de pesquisas, está presentes em congressos da área (Gênero, sobre a Região Amazônica, etc.). Isso é interessante, porque trás a tona sujeitos que até então não tinham visibilidade, ou não tinham expressão para pesquisas científicas tidas como “tradicionais”. Também é importante porque trás consigo parte da história dos moradores locais dessa região. Contudo, ainda não é suficiente. Segundo Gonçalves (2008):

Como costuma acontecer nesses casos, o próprio conflito acaba por alinhar em lados diferentes os grupos sociais, ensejando afirmação de identidades coletivas que, no caso do babaçu, pela importância que tem o trabalho feminino e infantil, tem proporcionado a emergência à cena político-cultural das mulheres quebradeiras de coco babaçu (GONÇALVES, 2008 p. 152).

Os grandes proprietários de terras na região amazônica, particularmente no espaço que compreende o Bico do Papagaio, veem se fortalecidos pela instalação do Grande Capital e seus Grandes empreendimentos. São grandes forças que tentam a todo custo esmagar, escamotear as resistências locais e para isso atingem suas principais armas. No caso das Mulheres Quebradeiras de Coco acabando com o Babaçu.

Assim, as mulheres quebradeiras de coco babaçu se veem diante dos mesmos problemas com que se defrontam os seringueiros e castanheiros, ao não verem políticas públicas que as levem em consideração serem implementadas e cujas metas, ao facilitarem a importação, seja de óleo, seja de borracha, estão inviabilizando a possibilidade de populações que vivem no interior da floresta se integrarem à sociedade a partir de suas

próprias condições culturais e, com todo acervo de conhecimentos que tem para trocar (GONÇALVES, 2008 p. 154).

Nesse interim, torna-se importante enfatizar um discurso de gênero que já está presente localmente, mas que ainda não foi totalmente evidenciado. O de que não existe um sujeito mulher, mas vários sujeitos, portanto várias mulheres. Quebradeiras de coco (babaçu, macaúba, etc.), pescadoras, indígenas, ribeirinhas, sem terras, sem tetos, “quermesseiras”, religiosas, quilombolas, agricultoras, fazendeiras, camponesas, artesãs, chefes de família, pesquisadoras.

Existe uma diversidade dentro da unidade. E desta vez, não estamos falando só dos diversos territórios na Amazônia, mas e principalmente das diversas mulheres que compõem a região amazônica, que estão no Bico do Papagaio. Para Gonçalves (2008 p. 128) “mais do que nunca a Amazônia se torna plural. Não que antes a Amazônia não fosse diversificada. O que há de novo é a manifestação no espaço público por direitos daqueles que viviam sob a lógica do *favor*”.

Os movimentos sociais tem aí uma tarefa importante, materializar essa diversidade no espaço, levando cada reivindicação para um núcleo comum que é a territorialidade dessas pessoas. O movimento de mulheres, portanto, trás consigo a tarefa de unir os interesses diversos, as múltiplas identidades em prol de um objetivo maior que é o do direito inalienável do espaço para mulheres e homens, sob o prisma da equidade de direitos e deveres, sem que um não esteja sobre melhores condições que outros, nem ricos e pobres, nem de brancos, negros e indígenas, nem homens sobre as mulheres.

Daí a importância dos movimentos sociais, e do movimento de mulheres no Tocantins. Está claro para nós que as mulheres quebradeiras de coco babaçu possuem sua importância social, econômica e cultural bem como ambiental. Mas também está claro que sua força, enquanto sujeito está seriamente ameaçado pelo poder do capital. Por isso torna-se necessário o engajamento a partir dos movimentos sociais, numa tentativa de engajamento de forças sociais.

Para alguns, isso parece pouco e ineficiente. Mas se formos analisar as forças locais, estas são as únicas que tem conseguido senão parar, mas ao menos minimizar os enormes impactos que a Amazônia vem sofrendo ao longo dos anos.

O poder local surge de quem conhece o local. E a composição de um movimento social está associada a diversidade de pessoas que compunham diferentes tipos de territórios e tem diferentes tipos de territorialidades na Amazônia, assim as mulheres quebradeiras de coco vem a dinamizar e fortalecer o movimentos de mulheres no Tocantins.

Entendemos a força as quebradeiras de coco babaçu enquanto indivíduos sociais na Região do Bico do Papagaio. Mas entendemos também que estas mulheres são parte de uma diversidade que podem dialogar em prol de suas terras, fortalecendo suas territorialidades, cada uma, a sua maneira.

Não que os movimentos sociais sejam os únicos capazes de fazer intersecção. Ou que um determinado grupo de mulheres não consiga fazer transformações expressivas ao seu lócus. Mas como afirma Gohn, essa é uma possibilidade

Desta forma, a experiência protagonizada pelas mulheres na Região do Bico do Papagaio, nos fez perceber que, apesar das políticas nacionais direcionadas à reforma agrária e as questões regionais da Amazônia discutir a questão da mulher, a consolidação dessas discussões não é fácil de ser aplicada, nem pelas políticas públicas e nem pelos movimentos sociais.

A teoria e a prática que relacionam essas políticas é ainda, um desafio para uma mudança nas relações de gênero. Isso porque as definições dessas relações estão inseridas no espaço do cotidiano, onde mulheres e homens constroem diferentemente suas vivências e é onde as políticas públicas e os movimentos sociais ainda não conseguiram chegar, dos quais estes sim se constituem os lugares das diferenças.

## Considerações?

Temos algumas considerações. Estamos pretendendo fazer uma intersecção com temas importantes para a Geografia, o que não tem se constituído uma tarefa fácil. As categorias região e território constituem desafios a pesquisa geográfica. Mas são também pontos chaves para elucidação de problemáticas levantadas em nosso trabalho.

Abordar a Amazônia sem correr o risco de cair numa simplificação foi uma das possibilidades que essa discussão sobre território nos possibilitou. Analisar o Bico do Papagaio sem generalizar foi outra contribuição que tivemos a partir da categoria região.

Discutir o Tocantins enquanto fronteira não é um desafio só de elucidação e entendimento, mas de essência. Território e territorialidades pertencentes a Amazônia ou ao Cerrado ou aos dois concomitante. Território, territorialidades, territorializações são termos marcantes nessa discussão.

A Região do Bico do Papagaio comumente vista como área de conflito, de violências, pode ser vista como uma região de identidades pacíficas e pacificadoras. Pois resistência não está ligada a violência e nem necessariamente a conflito. Portanto, é mais que urgente construir outras possibilidades de olhar e ver o Bico do Papagaio, região esta de pessoas singelas, guerreiras e receptivas, mesmo sendo escamoteadas ao longo dos anos, não perderam essas características. E estão aí provando que a resistência pode ser pacífica, mesmo quando o ataque é atroz.

O grande algoz dessa região, ou o principal deles, é o desconhecimento, manifestado pelo descaso para com o espaço e para com quem nele se relaciona. Isso acontece não só no Bico do Papagaio, mas nos diversos territórios que compõem a Amazônia. O que evidencia a Região do Bico do Papagaio talvez venha ser a sua condição de fronteira, que aproxima, afasta e põe em conflito a fronteira Cerrado/Amazônia.

Sobre as mulheres, não queremos por em evidencia as mulheres quebradeiras de coco babaçu, pois entendemos que sua representação já vem sendo demasiadamente usada (para o bem e para o mal).

Mas temos algumas considerações sobre nossa pesquisa com mulheres e nosso interesse em discutir Gênero. A ciência parece se abrir progressivamente para essa visão. Logo, podemos entender na pesquisa, essa abertura pela confluência que a ciência tem com a realidade e que permite através de metodologias próprias, a compreensão da diversidade de realidades sociais. É nesta perspectiva que a questão de gênero se enquadra na investigação científica.

Concordamos com a afirmação de que para construirmos esses caminhos, há primeiramente que se chegar ao entendimento da necessidade de reconhecer conflitos e complexidades, para poder num segundo momento, nos termos de Massey, lidar com eles enquanto articulações de genuínas e, amiúdo, contraditórias diferenças. A unidade procurada não pode estar sob a tutela de um grupo por cima de outros, sendo que de modo contraditório, defendendo 'unidade' e ignorando divisões (teórica, prática, etc.), isso tem contribuído para aprofundar as fragmentações. Unidade deve ser construída gradualmente na articulação de diferenças e experiências do indivíduo.

Tínhamos a pretensão de adentrar nas relações de gênero no interior do movimento de mulheres situados no campo/rural tocantinense. Nossa intenção não é somente constatar e analisar a realidade desse espaço, mas principalmente entender como essas mulheres se percebe e se entendem no(s) seu(s) espaço(s). Sobretudo nos espaços onde seus conflitos dividem espaço e conotações com outros conflitos (funditários, regionais, por grandes empreendimentos).

Daí surgem os pressupostos para uma discussão de território e de espaço, por conseguinte. É um espaço privado? É um espaço de luta? Quais lutas? É um espaço masculinizado? Há espaço para essas mulheres e para suas lutas?

Para haver território é necessário que haja territorialidades. Se há diversos territórios na Amazônia e na fronteira Cerrado/Amazônia há diversas territorialidades e havendo essa diversidade, há também diversas identidades. A sua existência independe de outras forças sobre o território, mas a sua essência depende de como estes territórios são tratados por quem nele habitam ou tem interesses sobre ele.

## Referencias Bibliográficas

AMORIM, E. S. Trajetoria Educacional de Mulheres em Assentamentos de Reforma Agrária na Região de Tocantina – MA. Dissertação (Mestrado/Educação) São Luis/MA, 2007 (Mimeo).

AQUINO, Napoleão Araújo de. A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: UFG, 1996 (mimeo).

DEERE, C.D & LÉON. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. (Coord.) A Miséria do Mundo. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GARCIA, Maria Franco. *A luta pela sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. Presidente Prudente: Unesp, 2004 (in mimeo).

GOHN, M.G Teoria dos Movimentos Sociais 3º Ed São Paulo: Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais no início do século XXI-Antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Os Sem Terra, ONGs e Cidadania 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias* 2º ed. São Paulo: Contexto, 2008

MARTINS, J. S. A chegada do estranho. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MMTR. Movimentos das Mulheres Trabalhadoras Rurais: Analisando e Propondo Alternativas para Avançar na Organização de Políticas Públicas para Mulheres. Disponível em: <iica.org.br/eventos/sem\_genero> Acesso: 10/12/2010.

OLIVEIRA, Gerson Alves. *A(o)s posseira(o)s e luta pela região do Bico do Papagaio 1964-1984: memória e identidade*. In: Fazendo Gênero 8. SC: USFC, 2007.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e Memória de Mulheres Desterritorializadas. ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte v. 9 nº 14, Uberlândia: Instituto de História/UFU, 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia Espacial: Críticas e Alternativas São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K; SILVA, Carlos Alberto Franco da; GONÇALVES, Carlos Walter Porto e Outros *Território, Territórios - Ensaios Sobre O Ordenamento Territorial* 2ª ed. RJ: DP&A / Lamparina, 2006.

VALENCIANO, R. C. A Participação da Mulher na Luta pela Terra: Discutindo Relações de Classe e Gênero / Presidente Prudente : [s.n.], 2006.